



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA

ANDRESSA BRITO SILVA DE SOUSA

**TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL AGROFLORESTAL NOS
MUNICÍPIOS DE IMPERATRIZ, CIDELÂNDIA, VILA NOVA DOS
MARTÍRIOS E SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA, MARANHÃO, BRASIL.**

Imperatriz - MA

2022

ANDRESSA BRITO SILVA DE SOUSA

**TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL AGROFLORESTAL NOS
MUNICÍPIOS DE IMPERATRIZ, CIDELÂNDIA, VILA NOVA DOS
MARTIROS E SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA, MARANHÃO, BRASIL.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em geografia.

Orientador: Prof. Dr. Allison Bezerra Oliveira

Imperatriz – MA
2022

S725t

Sousa, Andressa Brito Silva de

Territorialização do capital agroflorestal nos municípios de Imperatriz, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca, Maranhão, Brasil / Andressa Brito Silva de Sousa. – Imperatriz, MA, 2022.

47 f.; il.

Monografia (Curso de Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2022.

1. Fronteira agrícola. 2. Eucalipto. 3. Território. I. Título.

CDU 911.5:630*2

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Raniere Nunes da Silva CRB13/729**

ANDRESSA BRITO SILVA DE SOUSA

**TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL AGROFLORESTAL NOS
MUNICÍPIOS DE IMPERATRIZ, CIDELÂNDIA, VILA NOVA DOS
MARTIROS E SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA, MARANHÃO, BRASIL.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

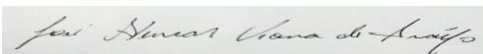
Aprovado em: 25/08/2022

BANCA EXAMINADORA



Dr. Allison Bezerra Oliveira
Professor - UEMASUL
Mat.: 847106

Prof. Allison Bezerra Oliveira
Doutor em Geografia
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL
(Orientador)



Prof. Me. José Alencar Viana de Araújo
Mestre em Desenvolvimento Urbano
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL
(Membro)



PhD. José Geraldo Pimentel Neto
PhD em Planejamento Urbano e Regional
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL
(Membro)

A minha mãe, por todo incentivo, companheirismo e cumplicidade.
Dedico.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo discernimento durante todo o período do curso.

À minha família, em especial Dona Rosa por sempre estar presente mesmo a 500km de distância e ao meu vô (*In memoriam*) que com sua história de vida sempre me ensinou a não desistir. A minha “Mãedrasta” Josuíla Feitosa por tanto afeto, cuidado e apoio. Ao meu orientador, professor Dr. Allison Bezerra de Oliveira pela paciência, orientações, oportunidades e conselhos.

Aos meus amigos, Taiene, Edson, Miguel, Ana Vera, Luan, Wemerson e Elian pelo apoio e companheirismo.

Ao Thiago pela companhia e inegável otimismo.

Ao Grupo de Pesquisa Socioeconômica do Maranhão – GPS em especial ao professor José de Alencar por contribuir com minha formação com suas palavras e correções doces e sutis.

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL pela estrutura e oportunidade.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação”.

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

Historicamente, o capital encontra estratégias para a acumulação, a criação e expansão de fronteiras agrícolas como forma de incorporar novos territórios fazem parte dessas estratégias. A expansão da fronteira agrícola da região do MATOPIBA trouxe consigo transformações. Diante disto o presente trabalho tem por objetivo compreender tais transformações nos municípios de Imperatriz, São Pedro da Água Branca; Vila Nova dos Martírios e Cidelândia. Para isso analisa e discute as transformações sofridas nas atividades e comunidades tradicionais. Utiliza-se de dados primários coletados através de entrevistas não estruturadas com pequenos produtores de comunidades situadas próximas as fazendas de eucalipto. Além disso, foram coletadas coordenadas geográficas para a produção cartográfica; os dados secundários utilizados foram coletados nas bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Indústria Brasileira de Árvores, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e nos relatórios anuais da Suzano. Os resultados obtidos tendem a mostrar que a chegada da nova fronteira agrícola desestabiliza as comunidades pré-existentes e diminuem sua produção de itens básicos para subsistência.

Palavras chaves: MATOPIBA. Fronteira agrícola. Silvicultura do eucalipto.

ABSTRACT

Historically, capital finds strategies for the accumulation, creation and expansion of agricultural frontiers as a way to incorporate new territories are part of these strategies. The expansion of the agricultural frontier in the MATOPIBA region brought transformations. In view of this, the present work aims to understand such transformations in the municipalities of Imperatriz, São Pedro da Água Branca; Vila Nova dos Martírios and Cidelândia. For this, it analyzes and discusses the transformations undergone in traditional activities and communities. It uses primary data collected through unstructured interviews with small producers from communities located close to eucalyptus farms. In addition, geographic coordinates were collected for cartographic production; the secondary data used were collected from the databases of the Brazilian Institute of Geography and Statistics, Brazilian Tree Industry, National Institute of Colonization and Agrarian Reform and from Suzano's annual reports. The results obtained tend to show that the arrival of the new agricultural frontier destabilizes pre-existing communities and reduces their production of basic items for subsistence.

Keywords: MATOPIBA. Agricultural frontier. Eucalyptus forestry.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Municípios produtores de eucalipto na microrregião de Imperatriz – MA.....	23
Figura 2 – Amazônia Legal.....	25
Figura 3 - Expansão de fazendas de eucalipto na microrregião de Imperatriz.....	32
Figura 4 - Placa de área de preservação.....	36
Figura 5 - Plantações de milhos as margens do eucalipto.....	37
Figura 6 - Assentamento Água Branca.....	40
Figura 7 - Assentamento Eldorado.....	40
Figura 8 - Assentamento Sapucaia.....	41
Figura 9 - Campo Agrícola.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Crédito agrícola na região do MATOPIBA.....	19
Gráfico 2 - Série histórica da produção de carvão vegetal, lenha e madeira em toras no Maranhão.....	30
Gráfico 3 – Histórico da área plantada com árvores de eucalipto no Maranhão, 2009 – 2018.....	31
Gráfico 4 - Área destinada a silvicultura do eucalipto (2014-2018).....	35
Gráfico 5 - Produção agrícola dos municípios do oeste da microrregião de Imperatriz..	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais assentamentos do Microrregião de Imperatriz.....	33
Quadro 2 – Áreas ocupadas pelas fazendas de eucalipto da microrregião de Imperatriz..	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1 MATOPIBA E O IDEÁRIO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA .	13
2.1.1 Controle territorial e expansão da lógica da fronteira agrícola.....	13
2.1.2 MATOPIBA enquanto região produtiva agrícola.....	17
3 METODOLOGIA.....	21
4 TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL AGROFLORESTAL NOS MUNICÍPIOS DE IMPERATRIZ, CIDELÂNDIA, VILA NOVA DOS MARTÍRIOS E SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	23
4.1 Expansão da silvicultura na Amazônia maranhense e o uso do território.....	23
4.2 Inserção da silvicultura de eucalipto no Maranhão	28
4.3 Mudanças nas atividades agrícolas tradicionais nos municípios de Cidelândia, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Agua Branca.....	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERENCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

As áreas de fronteira agrícola no Brasil tem representado historicamente o desbravamento e a incorporação de novas terras ao setor agrícola de variadas maneiras e desenvolvendo atividades também distintas. (SICSÚ, LIMA 2000)

Houve diversas formas de ocupação de fronteiras agrícolas no Brasil, ainda no período colonial as frentes de ocupação, ora pela busca de minérios ou por atividade agrícolas como a pecuária. A ocupação dos “sertões” no Nordeste assim como Minas Gerais são alguns exemplos.

Historicamente, a economia maranhense está fincada sob o viés da concentração fundiária e de renda desde o período da província colonial até o republicano. O latifúndio iniciado nas sesmarias no século XVII, assim como o escravismo e a monocultura constituem partes marcantes do processo de formação econômica do Maranhão. Deste modo, o Maranhão passou por diferentes ciclos de grande impacto na sua economia, dentre eles: o da cana de açúcar, algodão, borracha, extrativismo, pecuária e, mais recentemente soja e a silvicultura do eucalipto voltada especialmente para a produção de pasta de celulose.

Analisar esses movimentos de expansão permite observar uma lógica diferenciada uma vez que a ocupação das fronteiras agrícolas não é decidida pelo fator de mão de obra e/ou existência de terras ociosas, mas faz se necessário uma visão empresarial que tome forma e ritmo de ocupação. (SICSÚ, LIMA 2000)

Sendo assim vários fatores contribuem desde a concessão de incentivos fiscais, mudanças na estrutura fundiária e investimentos e desenvolvimentos de tecnologias. Nos últimos anos as políticas de incentivos as exportações a saturação de mercados no Sul e Sudeste do país tornam a ocupação da última fronteira agrícola o MATOPIBA, a possibilidade de maior produção de *commodities* tendo a soja e a silvicultura como produtos fundamentais.

As diferentes atividades desenvolvidas no território dão sua característica a construção social, econômica, cultural etc. Deste modo, novas territorialidades são inseridas e novos territórios são criados a partir de uma lógica predominante de um grande ator hegemônico. A silvicultura de eucalipto se consolida dentro do contexto da concentração fundiária e permite, dentro do processo produtivo da pasta de celulose o

avanço em direção a especialização produtivas nos territórios locais desta cultura, em detrimento de outras historicamente mais relevantes aos mais diversos grupos sociais.

Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo compreender a territorialização do capital agroflorestal nos municípios de Imperatriz, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca. Parte-se da hipótese de que a expansão das fronteiras agrícolas especialmente do eucalipto no estado tem criado uma reorganização no território assumindo-se como ator hegemônico, nesse contexto populações pré-existentes perdem espaço e conseqüentemente atividades agrícolas tradicionais de pequeno porte.

Além da introdução e considerações, este estudo traz outras seções, como, revisão de literatura onde aborda a região do MATOPIBA como ideário da fronteira agrícola, assim como região produtiva; em seguida a metodologia, posteriormente, aborda a territorialização do capital agroflorestal e a expansão da silvicultura na Amazônia maranhense, e por fim, aborda as mudanças nas atividades agrícolas tradicionais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 MATOPIBA E O IDEÁRIO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA

2.1.1 Controle territorial e expansão da lógica da fronteira agrícola

Historicamente, fronteira é comumente definida como onde inicia e termina a linha-limite do estado. Por limites pressupõe que são as extremidades das regiões que atuam como divisores políticos entre governos de regiões, como divisões territoriais. (WARF, 2006) Há, no entanto, uma diversidade de funções para fronteira com diversos propósitos, sendo estes sujeitos a diversas alterações podendo até desaparecer ao longo do tempo. (GUICHONNET E RAFFESTIN, 1974).

As funções da fronteira são marcadas pela presença humana no território, manifestando força, independência e soberania, deste modo a socialização do indivíduo é intrinsecamente espacial e a diversificação do espaço ocorre pela diferença entre os grupos sociais atuantes no espaço. (JOHNSTON; GREGORY; SMITH, 1994).

Nesse sentido, Oliveira (2005) afirma que fronteira é um espaço bipolar e multiforme, um meio geográfico, que exige uma necessidade de se transportar seus limites, fazendo alusão que os habitantes fronteiriços coexistem em ambientes de delicados fenômenos que só ali se desenvolvem. Ainda segundo o autor (2005, p.380)

“Este ambiente plural transformou as fronteiras em territórios singulares. São singulares em relação ao território-nação e singulares entre si – cada fronteira é uma (grifo do autor) fronteira”.

No Brasil desenvolvem desde o princípio fenômenos singulares dentre eles as fronteiras agrícolas que por sua vez possuem dinâmicas de formação e evolução diferentes, uma vez que as características espaciais e sociais também se diferem. Com isso, o próprio conceito de fronteira agrícola também possui aspectos dinâmicos. Deste modo, FUNDARJ (1995, P.5) diz que “fronteiras agrícolas designam áreas despovoadas ou esparsamente povoadas por populações que se dedicam à exploração dos recursos naturais e que vêm sendo submetidas a processos de ocupação em decorrência da alta potencialidade agropecuária que apresentam.” Ainda segundo o autor estas áreas passam pelo processo de imigração, em decorrência da atração induzida por programas públicos de incentivos fiscais e financeiros à produção agropecuária e de construção de estradas, e por projetos de investimentos privados.

Nesse sentido o processo de adquirir novas terras para o setor agrícola no Brasil cabe instituir narrativas para justificar esta expansão. Deste modo, as fronteiras de acumulação aumentam na medida em que a incorporação de “novos espaços vazios” que por sua vez pertencem a camponeses, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais. Essas prerrogativas vão se alterando ao longo do tempo e se materializam no espaço. No século XXI a junção de crises globais, como a alimentar, ambiental, financeira e energética. (BORRAS JR., et al., 2012) são uns dos discursos que justificam a expansão das fronteiras.

Segundo a (FAO, 2009) há uma ampla necessidade de se produzir mais *commodities* para alimentar cerca de nove bilhões de pessoas em 2050. Em vista disso, cabe a indispensável discussão acerca do desenvolvimento sustentável para que se possa garantir a conservação ambiental e crie sistemas de proteção da natureza, como o mercado de crédito de carbono, os títulos verdes e as energias renováveis estas são algumas das possíveis narrativas que se utilizam para justificar a expansão da fronteira de acumulação, fazendo uso do discurso de que necessita de mais áreas para a solução da crise alimentar, sendo que trata-se de um discurso contraditório tendo em vista que a fome não é um problema de produção, mas de distribuição (CASTRO, 1955).

Para que a expansão ocorra faz se necessário que os aparelhos do Estado se organizem e trabalhem na identificação dessas novas áreas. Globalmente, o exemplo mais

representativo é o relatório “Rising global interest in farmland. Can it yield sustainable and equitable benefits?” (Deininger et al., 2011) publicado em 2011 pelo Banco Mundial. Neste relatório estão identificadas cerca de 445 milhões de hectares aptos e disponíveis para agentes capitalistas. São estes, espaços considerados espaços vazios, com uma ocupação menor que 25 pessoas por quilometro quadrado.

As áreas de fronteiras agrícolas no Brasil representam historicamente a incorporação de novas terras ao setor agrícola com atividades distintas. Diversas áreas ao serem incorporadas aos processos agrícolas de produção capitalista, perdem suas características singulares passando a possuir características padronizadas desta linha de produção capitalista.

Em uma visão histórica, as fronteiras agrícolas no Brasil possuem diferentes formas de ocupação. No período colonial, por exemplo, houve frentes de penetração, pela busca de minérios e para o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias, assim como para expandir as demais atividades primárias até então desenvolvidas apenas no litoral. (PEREIRA e ORIGUÉLA, 2021)

A ocupação dos sertões nordestinos e Minas Gerais são alguns destes casos. O primeiro buscava complementar e expandir a produção de açúcar para atender a demanda do mercado internacional, já o segundo buscava expandir as atividades mineradoras de ouro e diamantes. Logo depois, o café foi um dos responsáveis por um novo ciclo de expansão da fronteira agrícola ao longo do Rio de Janeiro – São Paulo, avançando para o Paraná algumas décadas depois.

A região Norte por sua vez, passou por um processo de expansão de fronteira agrícola já no fim do século XIX e início do século XX, na qual ocorreu um intenso processo de penetração associado principalmente a extração da borracha, que abriu espaço para um intenso fluxo de migração advindo da região Nordeste. (SICSÚ e POLICARPO, 2000)

Durante o século XX novas áreas foram sendo agregadas ao processo de atividades produtivas. As fronteiras passaram então a se redefinirem para atender as funções históricas de expandir o agronegócio para suprir a demanda de recursos naturais e receber excedentes populacionais provenientes de áreas superpopulosas. Nesse sentido vai se agregando novas funções, uma de expandir as áreas para a acumulação fortalecendo o modo de produção capitalista no país, assim a fronteira se torna um espaço de acumulação capitalista (SICSÚ e POLICARPO, 2000).

Recentemente há uma hegemonia quando nos referimos a ocupação capitalista da fronteira em relação a ocupação de frentes de expansão tradicionais como a camponesa, pois a partir da década de 60, a fronteira adentrou estados como o Paraná baseando-se em culturas pré-existentes como algodão, café e grãos etc., fortalecendo o desenvolvimento do agronegócio assim como impondo sua hegemonia, nesse sentido as frentes de ocupação tradicionais perdem espaço assim como ocorreu posteriormente quando as atividades econômicas passaram a serem expandidas também para o Norte e o Centro-Oeste.

Já na década de 70 para atender objetivos do Governo militar vigente a expansão se deu no Norte do país sendo a construção da Rodovia Transamazônica elemento fundamental para esta ocupação, uma vez que foram surgindo núcleos de colonização ao longo da rodovia. Ao mesmo tempo, a Amazonia passou a ser intensamente ocupada por grandes projetos agropecuários, nos quais grandes empresas passaram a se beneficiar dos incentivos fiscais da SUDAM assim como, se apropriava de grandes extensões territoriais. Essa ocupação, no entanto, passou de um projeto de colonização para um de exploração dos recursos naturais.

Contudo, o difícil acesso e a falta de planejamento para adaptação às condições naturais vigentes o desenvolvimento desta fronteira na Amazônia não foi expressivo como o esperado. Os olhos então se voltam para o Centro-Oeste, mas ganha expressividade também partes da Bahia e sul do Maranhão em virtude das novas tecnologias aplicadas a produção de grãos que por sua vez possibilitou o aproveitamento dos cerrados para a agricultura e pecuária.

Nesse sentido nota-se o expressivo movimento migratório da região Sul do país para o Centro-Oeste, mas também para o oeste da Bahia e sul do Maranhão, além dos investimentos em larga escala vale destacar o crescente uso de máquinas e implementos agrícolas que visam o maior rendimento e aproveitamento do solo. Assim como a facilidade de acesso aos grandes mercados consumidores e transferência de capitais agroflorestais.

Deste modo, vários fatores contribuíram, como a concessão de incentivos fiscais, alterações da estrutura fundiária e transferência de tecnologia em larga escala. As políticas de incentivo às exportações, e uso da mão de obra advinda da região Sul do país fizeram com que a ocupação da fronteira agrícola tivesse maior expressividade e produção de *commodities*, especialmente a soja, seu maior produto de expansão.

O Brasil cumpre um amplo papel na identificação de áreas aptas a expansão da acumulação, um exemplo expressivo é o MATOPIBA, regionalização delimitada pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE/EMBRAPA), onde abarca 337 municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, e Bahia, sendo considerada a última fronteira agrícola em áreas de Cerrado no Brasil. (FERNANDES, FREDERICO E PEREIRA, 2019)

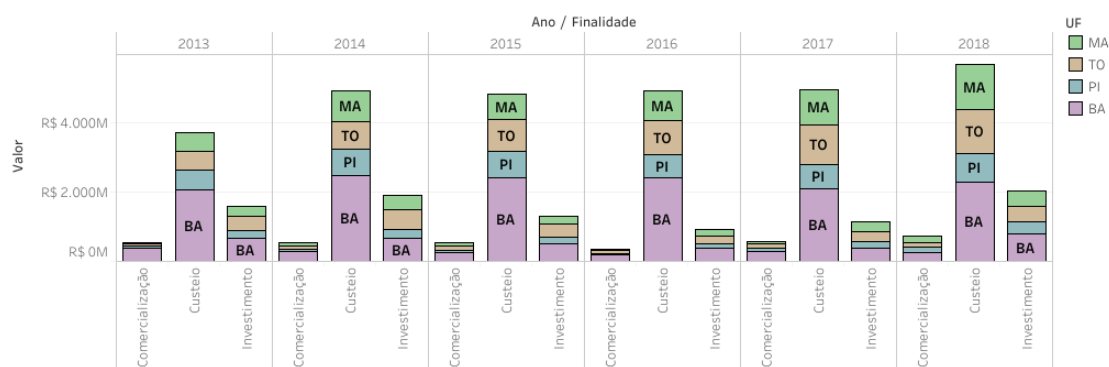
2.1.2 MATOPIBA enquanto região produtiva agrícola

Considerada a grande fronteira agrícola do território brasileiro atualmente, a região geoeconômica dos cerrados Centro-Norte (ALVES, 2009) começa a desenvolver uma agropecuária modernizada a partir da segunda metade da década de 1980 (XAVIER, 2019, p.5), e a partir da década de 1990 surge como área de expansão do agronegócio globalizado. (ELIAS, 2011; 2013)

De início foi chamada de MAPITO, onde era formada por sul e leste do Maranhão, o sudoeste do Piauí e o leste do Tocantins, e foi reconhecida pelo Governo Federal desde 2013. No entanto anteriormente a isto, o oeste da Bahia já tinha sido anexado a região geoeconômica por pesquisadores como Bernardes (2009) e Alves (2009), criando assim o acrônimo BAMAPITO.

A delimitação da área levou em consideração alguns pontos fundamentais, dentre eles destaca a presença do Domínio dos Chapadões Tropicais Interiores com Cerrados e Matas de galeria (AB'SABER, 2003), onde os solos são em sua grande maioria ácidos, induzindo ao elevado consumo de corretivos de pH e de fertilizantes químicos (SANO et al., 2007). Desta forma, por se tratar de uma morfologia que é favorável a mecanização das culturas, o que facilita o uso massivo de tecnologias avançadas em grande escala, assim se tornam perfeitas as grandes monoculturas e para o aprofundamento da concentração fundiária.

O processo de ocupação dos Cerrados se deu de forma sistemática pela macrorregião Centro-Oeste, e nesse sentido o Estado passou a ser um ator hegemônico através dos programas de colonização, incentivos fiscais, crédito rural, desenvolvimento de cultivares que seja adaptado as condições naturais da região, assim como investimentos em equipamentos para armazenagem e em infraestrutura para produção e circulação (CASTILLO; BOTELHO E BUSCA, 2021).

Gráfico 1 - Crédito Agrícola

Fonte: GeoMATOPIBA (2022)

Considerando crédito rural como “os recursos financeiros destinados ao financiamento de despesas normais dos ciclos produtivos da agropecuária, investimento em bens e serviços, além de despesas nas atividades de comercialização e industrialização da produção” (GEOMATOPIBA,2020). A figura 1 nos mostra a distribuição desses créditos nos estados que compõem o MATOPIBA no intervalo entre 2013 e 2018, onde a Bahia se destaca como que mais vem recebendo esses incentivos para custeio, já o Maranhão se destaca pelo baixo incentivo em comercialização.

Esses investimentos somados as características naturais dos estados que compõem o BAMAPITO possibilitou que a região fosse se consolidando como importante fronteira de expansão da agricultura intensiva, com grandes propriedades e voltada para a produção de *commodities* agrícolas além de ganhos com especulação fundiária (SOUZA; SILVA, 2019).

Por se tratar de um modelo agrícola hegemônico baseado em extensas áreas de monocultura, há uso intensivo de insumos químicos, maquinário com tecnologia, participação de grandes empresas nacionais e internacionais como também o consumo de serviços especializados, como agrônomos, jurídicos, contábeis, informacionais e logísticos além da participação massiva do capital financeiro na agropecuária, fenômeno que ficou conhecido como *land grabbing* (BORRAS Jr., KAY, GÓMEZ & WILKINSON, 2012). A junção dessas diferentes combinações em maior ou menor grau faz com que a região alcance elevados níveis de competitividade (CASTILLO; BERNARDES, 2019).

Em 2015, o Governo Federal, por meio da EMBRAPA, institucionaliza a região econômica, rebatizando-a como MATOPIBA, e cria o seu Plano de Desenvolvimento Agropecuário – PDA MATOPIBA.

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba - PDA-Matopiba, que tem por finalidade promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população.

O mesmo decreto dispõe sobre as funções do Plano de Desenvolvimento dentre elas cabe destacar a cooperação entre os órgãos e entidades federais e participação dos setores organizados da sociedade local.

O reconhecimento oficial a esta parte do território brasileiro como estatuto de região de planejamento (CASTILLO; BERNARDES, 2019) estabelecendo o marco legal é fundamental para uma aliança mais consolidada entre o estado e as grandes empresas do agronegócio e o capital financeiro, na expansão da fronteira agrícola moderna, em função do fim dos agentes pré-existentes e considerados inferior. (ELIAS, 2011). Ainda de acordo com (ELIAS, 2011; 2013) a análise do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA possibilita concluir que o intuito foi fortalecer e expandir regiões produtivas do agronegócio.

O aprofundamento da divisão territorial do trabalho em decorrência da agricultura intensiva em capital, faz com que inicie-se um processo de especialização regional produtiva, em paralelo ao aumento de fluxos de materiais e informacionais, reestruturando as relações campo-cidade (ELIAS, 2013; CASTILLO et al., 2016) permitindo assim densas interações espaciais nas escalas nacional e mundial (CORRÊA, 2016).

Sendo assim as regiões existem por que sobre elas se impõe arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços. (SANTOS, 1994, p.57)

A dinâmica do MATOPIBA, particularmente de suas regiões produtivas do complexo da soja mais consolidadas, vem de um processo de duas vias, por um lado, as ações governamentais, fomentando o desenvolvimento econômico através de políticas públicas, incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura logística e, por outro lado, as grandes empresas do agronegócio globalizado, tais como Bunge, Cargill, ADM,

Amaggi, Louis Dreyfus Commodities, Grupo Horita, Adecoagro, Cofco, Gaviolon, Agrograin, Multigrain, Agrex, Agrinvest, CHS, Glencore, Risa, Oleoplan e Fiagril (TRASE) dentre outras – que controlam diversas etapas dos circuitos espaciais produtivos (SANTOS; SILVEIRA, 2001; CASTILHO; FREDERICO, 2010) sobretudo do complexo da soja. Essa situação amplia antigas e surge novas desigualdades sociais, econômicas e geográficas da região. (CASTILLO; BOTELHO E BUSCA, 2021)

Muitos autores como (CASTILLO, 2015; CASTILLO, ELIAS, PEIXINHO, BÜHLER, PEQUENO; FREDERICO, 2016; CASTILLO & BERNARDES, 2019) retratam que o processo de regionalização decorre de uma relação dialética que envolve diversas formas regionais e múltiplas escalas territoriais, que se modificam juntas e em interação.

De acordo com Gottmann, (1975) a dinâmica regional decorre das relações complementares e contraditórias estabelecidas entre região natural, região tradicional, região de planejamento, região produtiva e os territórios, tradicional, a região de planejamento, a região produtiva 10 e os territórios, estes compreendidos como compartimentos político-jurídico-institucionais do espaço geográfico.

A porção maranhense do MATOPIBA, são diversos os compartimentos geográficos diretamente envolvidos em suas transformações ao longo das últimas três décadas, como a formação socioespacial brasileira (SANTOS, 1977), o estado do Maranhão, a região natural do Cerrado e suas fitofisionomias (RIGONATO; ALMEIDA, 2003), os territórios municipais envolvidos, a região produtiva nucleada pela microrregião Gerais de Balsas e, por fim, a própria região de planejamento do MATOPIBA.

No território maranhense se produz cerca de 2,75 milhões de toneladas de soja (2018) sendo o nono maior produtor de soja do Brasil, no entanto é o segundo maior produtor da região do MATOPIBA com 19,4% em quantidade produzida, atrás somente da Bahia com 44,4%. (IBGE, 2018)

Esse marco na produção de soja no Maranhão se deu em função das políticas públicas a partir de 1990 como o Programa Corredor de Exportação Norte e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PROCEDER III (FERREIRA, 2008; FILHO, 1995).

Além dos Planos e Programas criados para atrair investimentos, linhas especiais de crédito oficial, da pesquisa agrônômica desenvolvida por instituições públicas, como a Embrapa Soja e a Embrapa Cerrados, do baixo custo de aquisição e arrendamento de terras em comparação com outras regiões, outro fator atrativo significativo foi a logística. (FACCIN; CASTILHO, 2019)

Essa logística foi possível segundo Oliveira (2006) pela existência de um conjunto de obras de infraestruturas concluídas ou planejadas para diversas partes do Cerrado, uma vez que houve o redirecionamento dos investimentos advindos das multinacionais do agronegócio que buscaram localizações estratégicas, reorganizando o sistema de circulação de *commodities* para exportação.

Sendo assim, vários corredores de transporte vão sendo estruturados no país visando o escoamento da produção agrícola com destaque para o Programa Corredor de Exportação Norte (PCEN) envolvendo o sul do estado do Maranhão, cujos produtos seguem de Balsas até Imperatriz de caminhão, num percurso de 400 km, e de lá seguem pela ferrovia Norte-Sul até o porto de São Luís. (CASTILLO; BOTELHO E BUSCA, 2021)

Esse sistema de escoamento que compreende o PCEN é composto por vários corredores de transporte envolvendo os modais rodoviário, hidroviário e ferroviário, que se conectam aos portos nordestinos. (ALVES, 2006)

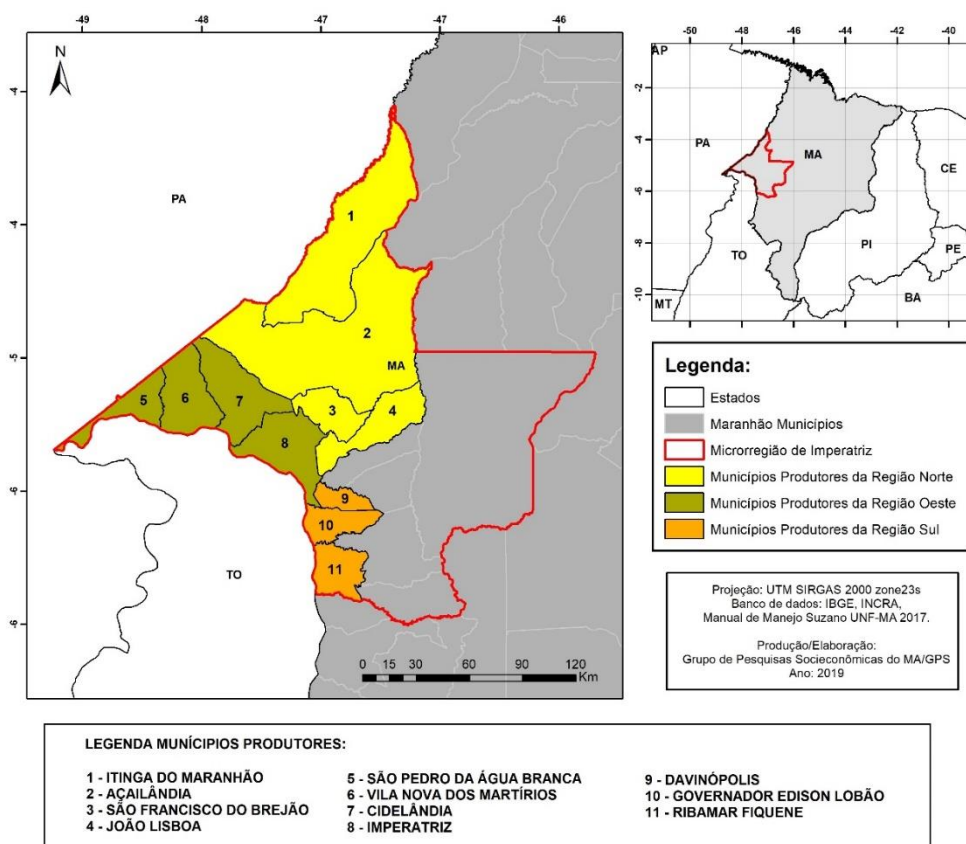
No Maranhão, a Mesorregião Sul Maranhense se consolidou como a mais importante produtora de soja a partir da década de 1990, com destaque para Balsas. Já no Oeste do estado, destaca-se a monocultura do eucalipto tendo como objetivo inicial o fornecimento de energia para produção de ferro-gusa, em Açailândia, e projetos agromineroexportadores da Alumar, em São Luís, intensificando-se com a construção da Ferrovia Carajás-Itaqui (OLIVEIRA; LEAL, 2019; OLIVEIRA; PAZ; PEREIRA, 2021).

3 METODOLOGIA

A pesquisa teve como recorte espacial os municípios da microrregião oeste de Imperatriz, sendo eles São Pedro da Água Branca; Vila Nova dos Martírios e Cidelândia. (Figura 2) A escolha se baseou no princípio de expansão das atividades agroflorestais e na convergência entre cerrado e Amazônia legal brasileira. Assim como o fato de

Imperatriz ser a sede da unidade fabril da Suzano Papel e Celulose. Os municípios supracitados localizam-se historicamente em áreas de expansão da fronteira agrícola como também a agricultura familiar de subsistência sendo estes organizados em assentamentos, ocupações e pequenas propriedades. Além disso os municípios desenvolvem atividades de destaque na agricultura, pecuária como também estão localizados a margens do Rio Tocantins e na região da Amazônia maranhense onde se territorializa projetos de expansão do capital agroflorestal.

Figura 1- Municípios produtores de eucalipto na microrregião de Imperatriz - MA



Fonte: Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão – GPS (2019).

As atividades de campo se basearam na realização de entrevistas abertas, em todos os municípios estudados, com pequenos produtores agrícolas que estão imersos nas áreas de influência do eucalipto, esse processo nos trouxe um visão mais apurada em relação ao processo de compra e arrendamento de fazendas destinadas a silvicultura.

Por outro lado foi possível mapear as áreas de plantio de eucalipto, afim de comparar com os dados disponíveis no IBGE (2020) para comparar o quantitativo de

fazendas existentes, toda etapa foi documentada em fotografias para criação de acervo fotográfico.

Paralelamente, o trabalho se baseou em levantamento de dados sobre a área das fazendas com plantação de eucalipto e a evolução da área plantada no Maranhão (2008-2018) e nos municípios estudados (2014-2018), além da coleta de dados sobre a produção de carvão vegetal (1986-2018). Os dados secundários utilizados na produção de mapas, gráficos e tabelas foram coletados nas bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) e em relatórios anuais da Suzano.

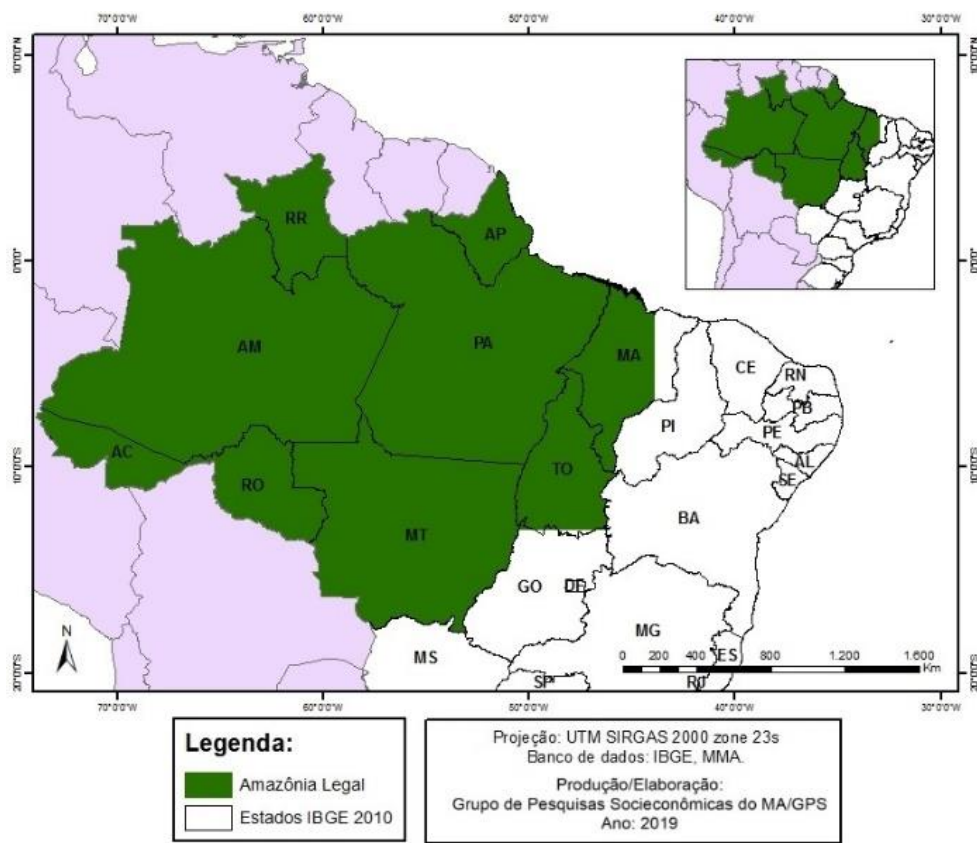
4 TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL AGROFLORESTAL NOS MUNICÍPIOS DE IMPERATRIZ, CIDELÂNDIA, VILA NOVA DOS MARTÍRIOS E SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA

4.1 Expansão da silvicultura na Amazônia maranhense e o uso do território

A atual porção amazônica maranhense abrange uma área equivalente a 80% da superfície territorial do estado, compreendendo 180 dos seus 217 municípios, distribuídos em cinco mesorregiões e 21 microrregiões. Logo, deve-se considerar a especificidade geográfica da integração do estado do Maranhão na composição da Amazônia Legal (MESQUITA *et al*, 2015).

A própria história da formação territorial do Maranhão se confunde em muitos momentos com a da região amazônica, por isso a importância de se considerar o contexto de criação da Amazônia Legal (Figura 2) como elemento fundamental na constituição socioeconômica atual do Maranhão. Soma-se a isso o fato de que a constituição de tal demarcação política desencadeou processos econômicos que promoveram significativas transformações locais (OLIVEIRA, 2019).

Figura 2 – Amazônia Legal



Fonte: Oliveira (2019).

A ocupação da Amazônia maranhense teve início no fim do século XVI, e até o século XVII a economia era pautada essencialmente em atividades voltadas para o extrativismo de especiarias. Mais tarde foram introduzidas as produções de açúcar, algodão e arroz, que tiveram papel primordial na ocupação da região e na ampliação das fronteiras brasileiras. Dessa forma, a ocupação e o uso do território da Amazônia maranhense se resumiram, no século XVII, ao extrativismo e ao comércio de produtos primários, assim penetrando florestas e rios para a coleta de matéria-prima. Ainda no fim do século XVII, mais precisamente em 1682, foi criada a Companhia de Comércio do Maranhão, com o objetivo de fornecer crédito para a exportação de algodão e escravos para produtores da região. Contudo, uma série de reclamações ocasionaram revoltas que culminaram com a extinção dessa companhia (MESQUITA *et al*, 2015).

O século XVIII foi marcado pela expansão da pecuária, que ocupou boa parte do sul do estado, sendo um fator importante para o processo de ocupação de terras devolutas e uso do território da Amazônia maranhense. Também marcou esse século o crescimento na produção de arroz, algodão e cana-de-açúcar, com o uso de trabalho escravo africano pela então Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755 (FERREIRA, 2008). Essa companhia foi fundamental para políticas de estímulo à ocupação, comercialização e produção na Amazônia maranhense, no entanto o projeto foi extinto em 1778 (ARCANGELI, 1987).

Mesmo com a extinção da Companhia, a produção de algodão no Maranhão se destacou no início do século XIX, contudo entrou em decadência por conta de alguns fatores como descapitalização dos proprietários rurais e fim do tráfico internacional de escravos em 1850. Com a decadência do algodão, o açúcar e o arroz se tornaram os mais importantes produtos de exportação da província do Maranhão (MESQUITA *et al*, 2015). Vale destacar, nesse mesmo século, dois marcos importantes: a Lei de Terras, de 1850, que mudou de forma significativa o processo de apropriação de terras; e a abolição da escravatura, em 1888, que mudou consideravelmente as relações de trabalho na região (VIVEIROS, 1954).

Ainda referente aos ciclos econômicos do Maranhão, de acordo com Oliveira, Silva e Leal (2019), tem-se, ainda, no ciclo da borracha uma importante contribuição aos processos migratórios da região amazônica do estado, ressaltando as frentes de expansão da estrutura agrária na região. Pode-se considerar que a decadência do primeiro ciclo da borracha (entre 1879 e 1912) promoveu a partir de 1920 o agravamento das correntes migratórias. Nesse sentido, Oliveira *et al* (2008) afirmam que a partir de então, por conta do grande número de imigrantes e da vastidão de terras devolutas, surge a figura do posseiro, o indivíduo que ocupa um lote de terras sem títulos de propriedade, dessa forma, desequilibrando a relação camponês e proprietário.

A grilagem de terras foi um fator preponderante para a concentração de terras na Amazônia maranhense. A partir da década 1940, esse processo, juntamente com o açambarcamento ilegal de terra, intensificou-se por conta da pecuária e de grandes projetos agropecuários (ARCANGELI, 1987). Na segunda metade do século XX, foi criado o Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM), cujo objetivo era viabilizar a integração e ampliação da fronteira agrícola do Brasil. Também foi determinante para o aumento da concentração de terras (FERREIRA, 2008).

Vieira Filho (2016) afirma que após a década de 1970 grandes empresas beneficiadas por incentivos do Estado começaram a ocupar a Amazônia Legal, assim expandindo a fronteira agrícola que chegou até o Maranhão. Essa expansão vem acarretando uma série de impactos proveniente da exploração econômica do território, tais como: êxodo rural, expropriação de recursos, grilagem de terras, conflitos e mudanças nas relações de trabalho (OLIVEIRA, 2019).

Acerca da Amazônia maranhense, Bolfe *et al* (2016, p. 39) afirmam que “a região sul-maranhense, por causa da produção de soja, transformou sua estrutura agrária tradicional de subsistência em agricultura tecnificada”. Assim, como já dito, essa especialização produtiva vem ocasionar transformações tanto no modo de exploração da terra como nas relações de trabalhos existentes, provocando impactos já mencionados.

O processo de industrialização do Maranhão se intensificou de fato após a década de 1980, com a chegada de grandes projetos, como a Alumar e o Projeto Grande Carajás, que foi a construção de um grande corredor de exportação de minérios na Amazônia Legal. Além de incentivos fiscais, foram cedidos à Alumar – a preço simbólico – 10 mil hectares de terra onde viviam cerca de 5 mil famílias que foram retiradas do local. (ROLIM FILHO, 2016).

Nessa perspectiva, para atender à demanda energética das guseiras que surgiram com a Estrada de Ferro Carajás, além das matas nativas houve a necessidade do reflorestamento de áreas de eucalipto. Contudo, em 1992 foi instalada em Imperatriz a empresa Celmar, que mudou a realidade do eucalipto com o objetivo de cultivar essas florestas para produção de celulose e papel. No entanto, esse empreendimento fracassou, e em 2001 o destino da floresta de eucalipto passou novamente a ser produzir carvão vegetal para abastecimento das usinas siderúrgicas no município de Açailândia. Posteriormente, as florestas de eucalipto foram vendidas para a Suzano Papel e Celulose, que em 2008 instalou uma fábrica em Imperatriz (OLIVEIRA, 2019).

Na Amazônia maranhense, houve, portanto, um intenso processo de desterritorialização por conta desses empreendimentos, sendo mais frequente a retirada de nativos do seu território original, com indenizações ou remanejamento dessas populações para áreas distantes, guardando alguma semelhança com o que ocorria no período colonial.

Outra face desse processo é a limpeza ou cercamento de áreas decorrentes de grilagens e compra de grandes extensões de terras públicas e privadas. No caso de várias

fazendas de silvicultura do eucalipto, tem-se o processo de arrendamento de propriedades privadas (MESQUITA *et al*, 2015). Esses processos, por sua vez, vêm transformando as relações de trabalho devido à especialização produtiva ocasionada pelas grandes empresas agrícolas e florestais.

4.2 Inserção da silvicultura de eucalipto no Maranhão

É inexata a data de inserção do eucalipto no Brasil, entretanto, há um consenso de que tenha ocorrido na segunda metade do século XIX – por volta de 1855 – no Rio Grande do Sul, com finalidade inicialmente decorativa e posteriormente sendo utilizado para a produção de postes, estacas, lenha e na própria construção civil. A evolução do cultivo dessa árvore no país avança à medida que o processo de industrialização do país cresce, já no início do século XX, mais especificamente o processo voltado para a produção de pasta de celulose para a fabricação de papel.

A primeira empresa a fabricar e usar celulose e papel de eucalipto foi a Gordinho, Braune & Cia, em Jundiaí, por volta de 1927. Próximo a 1930, já se notavam modificações na paisagem agrícola da região, onde os eucaliptos eram facilmente notados. Em 1956, a Suzano Papel e Celulose inicia em Suzano a produção de celulose a partir da fibra de eucalipto, o que revolucionou a indústria de celulose no Brasil. Em 1960, a fábrica Champion Papel e Celulose foi instalada em Mogi Guaçu, também em São Paulo (FOELKEL, 2005).

A partir de 1960, por meio da Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, houve um período de incentivos fiscais concedidos para o reflorestamento dessa monocultura, gerando um aumento da área de plantio de 500 mil para 3 milhões de hectares, iniciando, assim, o cultivo do eucalipto em escala econômica (SUZIGAN, 2000).

Nessa fase, houve o aumento de atividades empresariais na silvicultura, aumento da quantidade de funcionários vinculados a esse setor e expansão das áreas florestadas. Com a criação do Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento (PIFFR), houve uma grande expansão da silvicultura de eucalipto no país. Outros motivos também foram importantes para esse avanço, como programas públicos federais e estaduais, a exemplo do Programa de Reflorestamento de Pequenos e Médios Imóveis Rurais (Repemir); Programa Nacional de Papel e Celulose; Programa de Siderurgia a Carvão Vegetal; e Programa de Substituição Energética (ANTONANGELO; BACHA, 1998; BACHA, 1993).

A expansão da silvicultura do eucalipto por meio desses programas no sul do país gerou poucos empregos. Isso por conta da flexibilização e mecanização no processo produtivo, que também contribuiu para o aumento das concentrações de terras, além de transformações rápidas e expressivas na paisagem natural não só no sul, mas em todas as regiões que implantaram essa atividade em larga escala no Brasil.

No Maranhão, a inserção do eucalipto está diretamente vinculada ao Projeto Grande Carajás, implantado no estado do Pará no início da década de 1980. Esse grande projeto minerador veio com a criação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que liga a cidade de Parauapebas, no Pará, ao Porto do Itaqui, na capital maranhense São Luís. Isso porque o projeto minerador e sua estrada de ferro constituíram verdadeiro corredor de transporte entre os estados do Pará e Maranhão, o que permitiu a criação de projetos voltados para a produção de ferro-gusa no município maranhense de Açailândia.

Desta forma, o complexo siderúrgico iniciou, conjuntamente com a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a construção de área plantada de eucalipto para alimentar os fornos industriais. As áreas plantadas se expandiram nas duas décadas seguintes e permitiram à CVRD (detentora de grande parte delas) a tentativa de produção de pasta de celulose, através da Companhia de Celulose do Maranhão (Celmar), em 1992.

Assim, a Celmar foi constituída por sociedade do grupo Risipar, da CVRD e da empresa japonesa Nisso Iwai Corporation. Posteriormente, a CVRD tornou-se sócia majoritária do projeto, que previa mais de um bilhão de dólares em reflorestamento de eucalipto entre 1992 e 1999. Para a Celmar executar esse empreendimento, ela passou a comprar áreas de diversos tamanhos, utilizando-se de variados recursos e pressões para conseguir as aquisições necessárias (FRANKLIN, 2008).

Contudo, com a privatização da CVRD e a dificuldade de liberação de todos os fundos necessários para a instalação industrial, o projeto foi interrompido e as áreas plantadas continuaram a atender a produção de lenha para a fabricação de carvão e um pequeno percentual voltado para a construção civil.

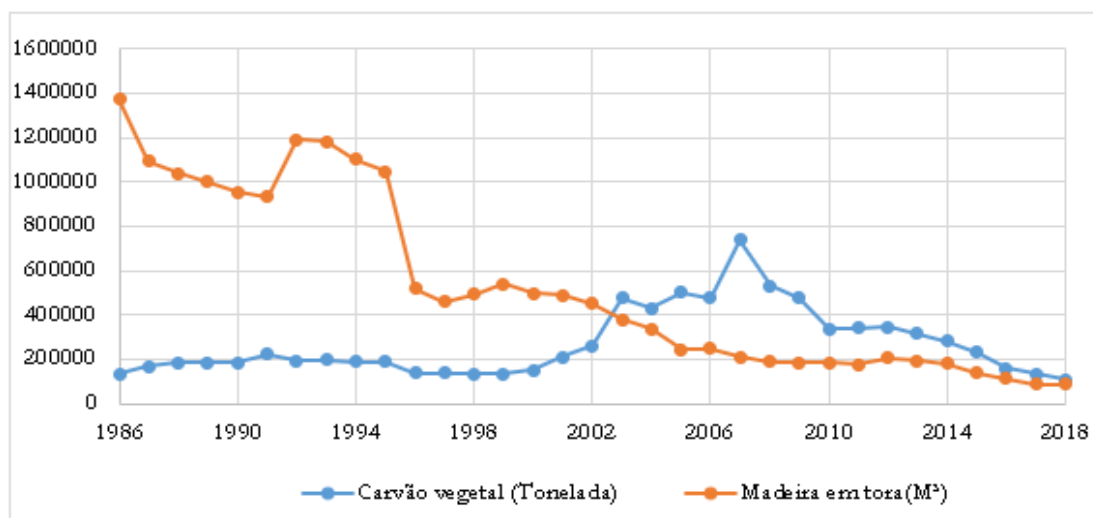
Para Matias (1994), os impactos de empreendimentos focados na silvicultura de eucalipto na região amazônica do Maranhão, especificamente se tratando do projeto Celmar, seriam devastadores tanto no âmbito ambiental como social, uma vez que sua instalação intensificaria o processo de concentração de terras e, como consequência, de transformações na agricultura local, principalmente a de subsistência.

Com a privatização da CVRD e a dificuldade de liberação de fundos de investimentos do BNDES para a construção da planta industrial, o projeto Celmar foi engavetado, mas grande percentual de área plantada de eucalipto já havia sido incorporado a ele. Como consequência, em 2001 se iniciou o processo de desinvestimento e alienação da CVRD no setor de papel e celulose, e o destino da floresta de eucalipto

passou a ser produzir carvão vegetal para abastecimento das usinas siderúrgicas de Açailândia (FRANKLIN, 2008).

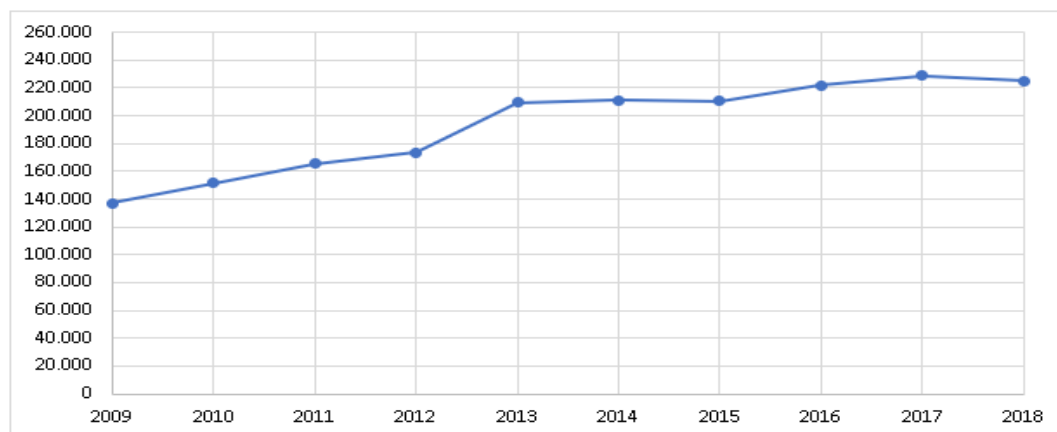
Esse processo, além de contribuir para a desestruturação da agricultura familiar regional, acentuou o desenvolvimento de trabalhos análogos à escravidão nas atividades terceirizadas de carvão. O Gráfico 1 demonstra a série histórica da produção de carvão vegetal, lenha e madeira em toras no Maranhão, onde se insere o eucalipto.

Gráfico 2 – Série histórica da produção de carvão vegetal, lenha e madeira em toras no Maranhão



Fonte: IBGE (2019), organizado pela autora (2019).

Desta forma, conforme expresso no gráfico 1, observa-se que há uma produção considerável de carvão vegetal no Maranhão desde a implantação do complexo produtor de ferro-gusa, principalmente entre 1990 e 2000. Com processos de diminuição da produção em face da concorrência internacional, o que ocasionou o enfraquecimento do setor e o fechamento de três das cinco produtoras da cidade de Açailândia, o volume de produção diminuiu consideravelmente a partir do ano de 2010.

Gráfico 3 – Histórico da área plantada com árvores de eucalipto no Maranhão, 2009 – 2018.

Fonte: Relatório IBA (2019).

O gráfico 2 acima demonstra a série histórica de plantação de eucalipto no estado do Maranhão no qual percebe-se o avanço dessa atividade a partir da implementação da fábrica da Suzano em Imperatriz e esse percentual se acentua quando, ainda no ano de 2013, a Suzano Papel e Celulose começa as suas primeiras produções de pasta de celulose, resultado de grande incorporação tanto através da compra quanto do arrendamento de fazendas já existentes e de novas terras para o plantio de eucalipto. Tal empreendimento reestrutura e moderniza os impactos socioambientais esperados pelo projeto Celmar, na década de 1990.

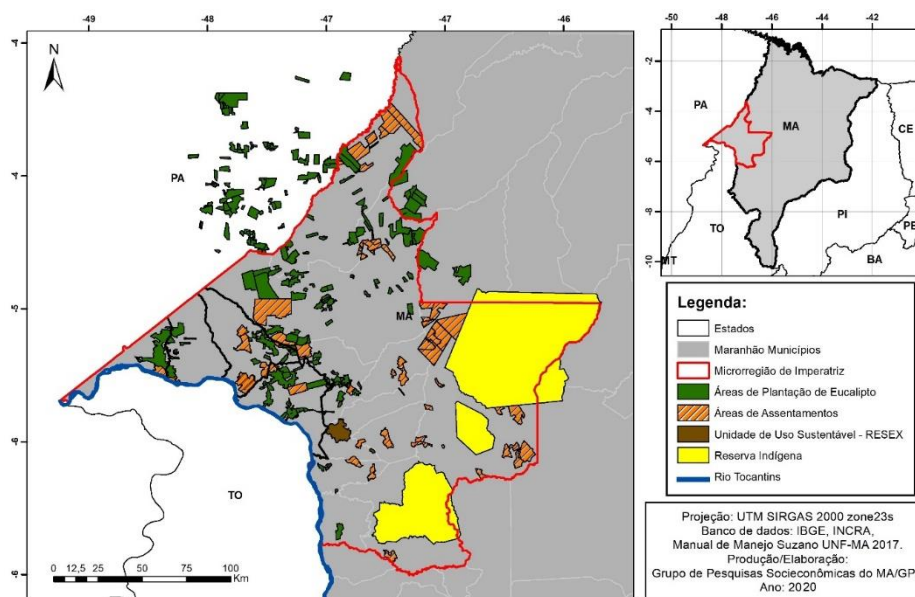
4.3 Mudanças nas atividades agrícolas tradicionais nos municípios de Cidelândia, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Agua Branca.

O processo de especialização produtiva do território na microrregião de Imperatriz se intensificou com projetos que visavam assim a integração do Norte e Nordeste do país, dentre eles no Maranhão foi criado o Grande Projeto Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que visava realizar a exploração integrada dos recursos mineralógicos, com isso houve grandes investimentos em infraestrutura no qual a mais importante foi a Estrada de Ferro Carajás (EFC) que interliga o Pará e Maranhão, nesse contexto se insere as indústrias siderúrgicas de Açailândia que tinham participação da CVRD e necessitavam de uma fonte de energia barata, deste modo dá-se na década de 80 no Maranhão, especificamente na Microrregião de Imperatriz, as primeiras plantações de eucalipto para atender as siderúrgicas de Açailândia e assim intensificar o uso competitivo do território através da demanda de matéria-prima do eucalipto como recurso energético.

Assim esse processo de especialização produtiva se perpetua com a de mudança da destinação do eucalipto produzido na região que acontece a partir de 2005 quando as terras anteriormente pertencentes ao consórcio Vale/Celmar são incorporadas pela Suzano Papel e Celulose, implantada no Maranhão a partir do ano de 2008. A partir deste momento, como nos informam Andrade (2013) a Suzano passou a produzir a maior parte da matéria prima que precisa a partir das terras sob sua administração direta, em um processo de territorialização do capital aliado a monopolização de inúmeros territórios rurais formando extensas áreas de dominação.

A localização espacial da unidade fabril na Microrregião de Imperatriz representa, para além do acesso a infraestrutura, serviços e incentivos fiscais, um processo mais amplo de territorialização da produção fabril. Tal processo traduz-se em ampla aquisição de terras para a produção intensa e ininterrupta de matéria-prima que se estende por parte expressiva da Amazônia maranhense, mais precisamente em sua faixa de divisa com o estado do Pará (Figura 3).

Figura 3 - Expansão de fazendas de eucalipto na microrregião de Imperatriz



Fonte: pesquisa de campo (2019).

Logo, a ocupação do território pelo eucalipto expande-se assim, sob a égide da fronteira agrícola e do grande capital do agronegócio florestal com vistas a exportação. O aumento de mercados e a intensificação da produção de mercadorias exige cada vez aumento no percentual de áreas destinadas para a cultura do eucalipto, que vai rapidamente se sobrepondo a diversas outras, principalmente aquelas mais frágeis que

são os pequenos territórios agrícolas de agricultura no qual fazem parte: assentamentos, comunidades, povoados etc (figura 3). Nesse sentido, o quadro 1 demonstra os principais assentamentos dos municípios da região oeste da microrregião da Microrregião de Imperatriz onde o avanço da silvicultura do eucalipto através do processo de especialização produtiva vem ocasionando uma série de conflitos rurais. Os assentamentos Sapucaia e Eldorado no qual também foram alvos de estudo na pesquisa ainda não tem cadastro no Incra, contudo vivem cerca de 150 famílias no Sapucaia e 110 famílias no Eldorado que utilizam da terra para produzir.

Quadro 1 – Principais assentamentos do Microrregião de Imperatriz

Nome Projeto	Município	Área (hectares)
PA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO	CIDELÂNDIA	7173,48
PA ITAIGUARA	CIDELÂNDIA	2296,58
PA SÃO JORGE	CIDELÂNDIA	4792,42
PA SOL BRILHANTE	CIDELÂNDIA	4425,29
PA ITACIRA	IMPERATRIZ	5024,00
PA DEUS PROTEJA	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	3326,71
PA ÁGUA BRANCA	SÃO PEDRO D'ÁGUA BRANCA	3576,97

Fonte: Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (INCRA, 2019).

A Suzano produz a maior parte da matéria-prima de que precisa a partir de terras sob sua administração direta, que define como “terras próprias”. Essas terras podem ser de propriedade da empresa ou arrendadas num processo de territorialização do capital aliado à monopolização do território, caracterizado pela formação de extensas áreas sob o seu controle. Essas grandes propriedades rurais são a materialização política da reestruturação produtiva da terra e marcam as características das territorialidades dominantes na cadeia de papel e celulose maranhense. O Quadro 2 apresenta algumas das principais fazendas incorporadas pelo grande projeto Suzano nos municípios em questão, o que representa, apenas no quadro em destaque, o total de 94.215,35 hectares destinados exclusivamente à silvicultura do eucalipto.

Quadro 2 – Áreas ocupadas pelas fazendas de eucalipto da microrregião de Imperatriz

Cidelândia	Área (hectare)	%	Imperatriz	Área (hectare)	%
Bloco Itabaiana - B	882,0404397	0,94	Sertaneja	469,5616867	0,50
Bloco Boa Esperança - A	6443,688994	6,84	Amaralina	550,6726911	0,58
Sao Jose 3 - A	99,26146076	0,11	Bloco Eldorado	12315,42577	13,07
Sao Paulo	329,5965491	0,35	Monte Alegre - B	170,5692475	0,18
Monte Alegre - A	1058,708129	1,12	Serra Branca	292,7881712	0,31
Bloco Boa Esperanca - A	6443,078587	6,84	Santa Rosa	1318,957508	1,40
Boa Fe	980,3075701	1,04	Cruzeiro	745,6728935	0,79
Bloco Itabaiana - A	1216,903288	1,29	Ferrovias 1	835,8674082	0,89
Bloco Itabaiana - C	50,70034445	0,05	Ferrovias 2	108,7255819	0,12
Monte Alegre - A	1058,70813	1,12	Santa Maria	3917,664422	4,16
Sao Jose 3 - B	1127,072527	1,20	Sao Joao	671,4954084	0,71
Verao Vermelho	612,560856	0,65	Fabrica Imperatriz	3887,47976	4,13
Total	20302,62687	21,55	Total	25284,88055	26,84
Vila Nova dos Martírios	Área (hectare)	%	São Pedro D'Água Branca	Área (hectare)	%
Campo Alegre	375,8644322	0,40	Bloco Jurema	23133,39947	24,55
Pioneira	678,7827403	0,72			
Sao Lourenco	147,7217687	0,16	Franqueza	202,6581628	0,22
Sao Lucas	524,2894247	0,56			
Capixaba	332,2342788	0,35	Bloco Jurema	23133,11852	24,55
Boa Vista 3	99,76704932	0,11			
Total	2158,659694	2,29	Total	46469,17615	49,32

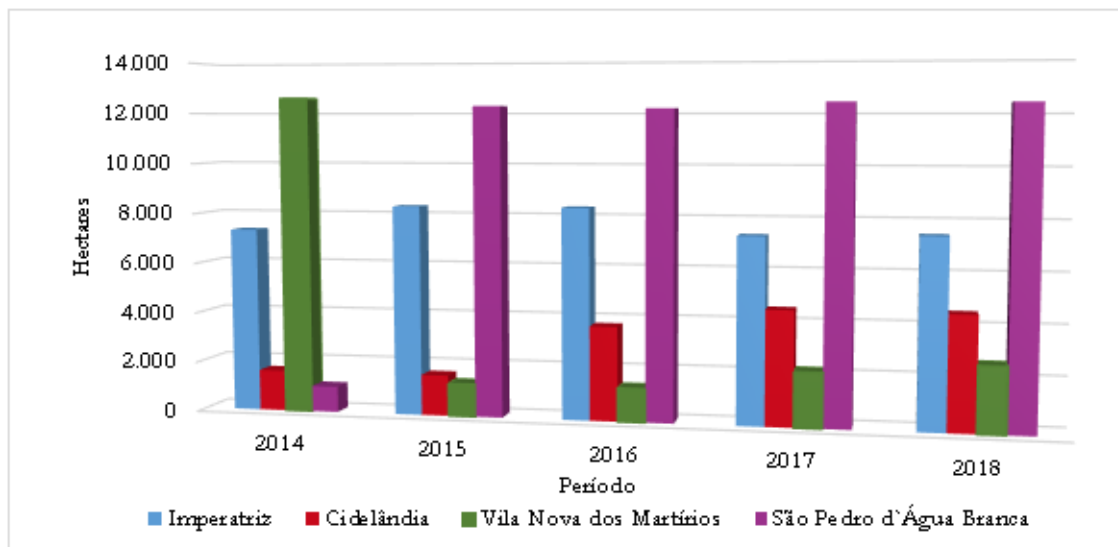
Fonte: Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (INCRA, 2019).

Na região oeste da Microrregião de Imperatriz a expansão da silvicultura acontece frente a um processo de especialização produtiva onde atividades pré-existentes como a criação de gado perde espaço para a silvicultura, fomentado pela Suzano Papel e Celulose que vem arrendado e comprado terras tradicionalmente utilizadas para esta atividade como também para as atividades agrícolas, transformando-as em plantios de eucalipto. Trata-se de uma região que ainda apresenta marcada presença de produtores camponeses que são “engolidos”.

Dessa forma, o gráfico 3 vem mostrar a evolução por hectare de área destinada a silvicultura do eucalipto nos municípios da região oeste da Microrregião de Imperatriz entre os anos 2014-2018, no período em que se inicia as atividades da Suzano Papel e Celulose. No Gráfico 3, nota-se que na área plantada no município de Vila Nova dos Martírios houve uma expressiva queda de quase 90% dessa monocultura no ano de 2015, retornando seu crescimento nos anos posteriores. No entanto, em São Pedro D'Água Branca, observa-se um quadro inverso, um expressivo aumento de aproximadamente 1200% no ano de 2015. Em Cidelândia, nota-se que entre 2013 e 2018 a área está sempre

em expansão. Já Imperatriz, apesar de ter uma vasta área destinada à monocultura de eucalipto, apresenta um crescimento tímido.

Gráfico 4 - Área destinada a silvicultura do eucalipto (2014-2018)



Fonte: os autores com base no IBGE (2019)

Quanto mais a produção de celulose da Suzano ganha espaço no mercado internacional, mais a empresa amplia a sua territorialização no país, controlando imensas áreas de monocultura de árvores, impactando em extensão e profundidade a economia, a política, o meio ambiente, a cultura, enfim, a vida em muitos municípios nas regiões em que atua. Ressaltando essa questão na figura 4 encontrasse placas de fazendas da Suzano visitadas em pesquisa de campo. Logo, essas áreas de plantação de eucalipto consideradas como um ator hegemônico vem de forma abrangente ampliando sua área de dominação indo de encontro a comunidades de assentados, áreas indígenas e de preservação que por sua vez representam um dos maiores empecilhos para a expansão da silvicultura do eucalipto na microrregião, sendo assim possíveis formas de acesso a essas áreas de forma legal pode ser através de apoio político com reformulação de leis ambientais por exemplo.

Figura 4 - Placa de área de preservação



Fonte: Os autores (2019).

A relação das agroindústrias de celulose e papel com o território pode ser definida, por fatores como custo de produção, já que precisam de matéria prima sem descontinuidade na compra ou arrendamento de terras, estabelecendo-se aí uma relação entre distintas classes sociais, especialmente capitalistas e proprietários fundiários em meio ao processo de agravamento das reivindicações e dos conflitos em torno da questão agrária e a organização espacial decorrente desta interação

Em algumas plantações como as do município de São Pedro D'Água Branca (figura 5) as fazendas de eucalipto estão lado a lado dos assentamentos que em sua grande maioria sobrevivem da agricultura de subsistência, a presença da monocultura do eucalipto tão próxima demonstra o impacto direto na agricultura, segundo os moradores dos assentamentos as plantações de feijão e arroz são as que mais sofrem quando os defensivos agrícolas são jogados no eucalipto com o uso de aeronaves, segundo eles “o vento leva o veneno muito além de onde tem eucalipto”.

A grande expansão de áreas, aliadas a elementos como infraestrutura de transportes, caminhões, defensivos agrícolas, produção de mudas, maquinário de corte, força de trabalho qualificadas dentre outros elementos espaciais, permitem através de uma contínua e ampla integração de diversos territórios de eucalipto na busca por uma

cada vez maior e mais precisa especialização produtiva da terra para a produção contínua de eucalipto para a unidade fabril.

A presença do eucalipto por si só já causa um grande impacto segundo os moradores, a área próxima a plantação fica sombreada, atrai pragas até então não existentes, assim o pequeno produtor que não dispõe de recursos financeiros para a aquisição de defensivos agrícolas que até então não se faziam necessários, acabam por perder sua plantação. A ausência de uma “área livre” ou de transição entre a plantação de eucalipto e agricultura tradicional acaba por criar situações para as plantações de milho, arroz etc. que por sua vez desfavorece o pequeno produtor já que a agricultura é mais frágil que o eucalipto.

Figura 5 - Plantações de milhos as margens do eucalipto



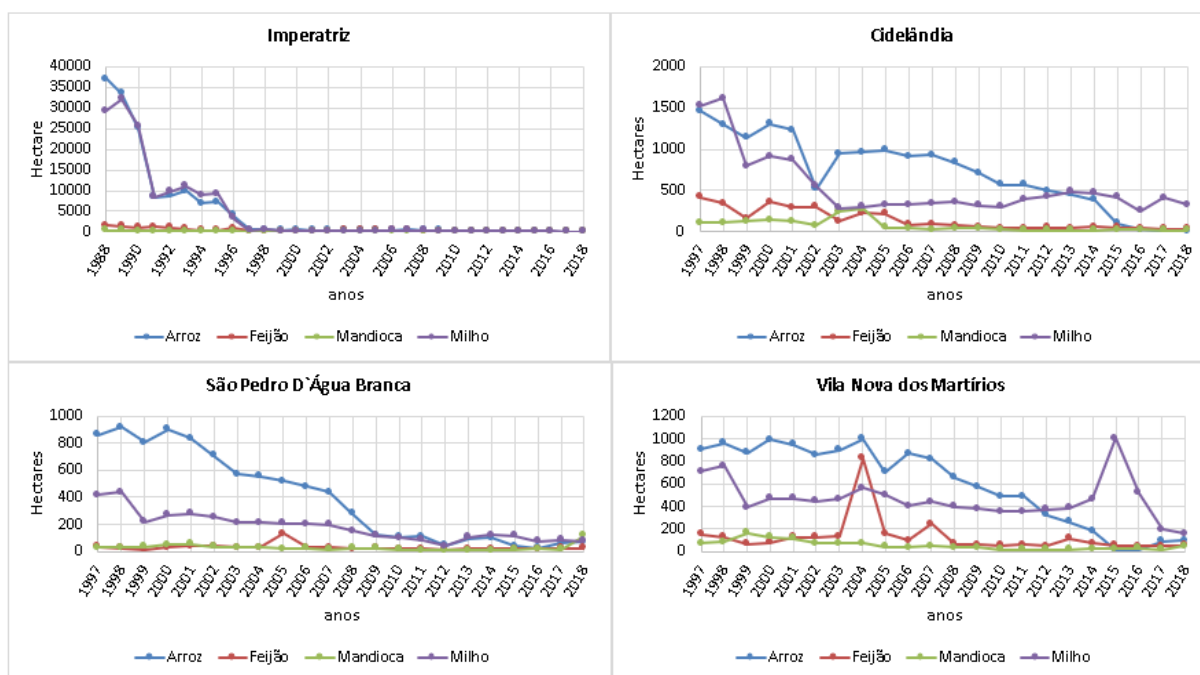
Fonte: os autores (2019).

Como mostrado na figura 5 a cima as plantações são “engolidas” pelo eucalipto ressaltando o modelo impositivo e desagregador da silvicultura, deste modo ano após anos os agricultores veem se desmotivados a plantar e passam a ceder a empresa que por sua vez amplia sua área de dominação por meio da aquisição de novas terras, processo esse que não se finda passando sempre a aumentar a área de expansão para alimentar um

mercado consumidor global também em expansão. Deste modo as comunidades, agricultores locais representam apenas empecilhos temporários para a silvicultura.

De acordo com o gráfico 4 entre os anos 2008 a 2018 há queda na área destinada a produção de itens de consumo básico da região, como o arroz, mandioca, feijão e milho que por sua vez necessita de território e maiores cuidados não sendo considerado rentável segundo alguns produtores entrevistados. Um proprietário de terras e também açougueiro em São Pedro D'Branca ao ser questionado sobre a produção afirma que “É bem melhor arrendar uma boa parte das terras para a Suzano pois assim se ganha dinheiro sem muito trabalho”. Já quando feito a mesma pergunta ao morador do Assentamento Água Branca na mesma cidade ele enfatiza que “Aqui nós produzimos muito, desde tomate, arroz, mandioca, milho, farinha e quanto mais terras pra nós melhor que aí produzimos muito mais”.

Gráfico 5 - Produção agrícola dos municípios do oeste da microrregião de Imperatriz



Fonte: Organizado pela autora (2019), a partir de dados do IBGE (2019).

Nesse contexto, as comunidades inseridas nessas áreas acabam por diminuir a quantidade de áreas plantadas e consequentemente a quantidade produzida fazendo com que o preço de produtos essenciais para a alimentação cresça rapidamente, assim como o milho que é comumente utilizado para alimentação de pequenas criações como as de galinhas e porcos de pequenos produtores se torna muito mais caro e inviável, acarretando

mais problemas de abastecimento e altas nos preços dos alimentos. Esse contexto é comum nas cidades da microrregião oeste como em Cidelândia.

Em Cidelândia como mostrado no gráfico 5 a cultura que mais sofreu diminuição na área plantada foi o arroz saindo de aproximadamente 850 hectares em 2008 para cerca de 100 hectares em 2018 deste modo podemos analisar que em um período de 10 anos as características de produção do município se alterou de forma rápida que pode ser motivadas por uma evolução natural dos modos de viver como por exemplo o êxodo rural, mas também e principalmente pela expansão da silvicultura que de modo rápido adquire novas terras e influencia na produção de pequenos produtores fazendo com que acabem por desistir da produção e também venda ou arrende suas terras. As áreas de plantações de milho não apresentam alterações significativas, podendo este fato ser explicado através pela presença de assentamentos que investem na agricultura familiar e pequenas produções de milho para abastecimento.

A disputa pelo território entre a pequena produção e o agronegócio mecanizado evidencia não apenas as disparidades quanto o uso da terra, mas a heterogeneidade de capitais inseridos no espaço rural do Maranhão que em muito sugerem as negligências estatais com o modelo tão importante, como o familiar, em favor do agronegócio voltado para a exportação. Esta realidade se reproduz nos demais municípios estudados e reitera o modelo histórico de concentração de renda e de terras no Maranhão. Esta realidade é reproduzida em outros municípios, como o de São Pedro da Água Branca, expresso no gráfico 6 a seguir.

De forma semelhante, em São Pedro da Água Branca, expresso no gráfico 4, existe relativa variação no tocante ao total de áreas destinadas as culturas de arroz, feijão, mandioca e milho. Com exceção do ano de 2009, o milho se apresenta com o maior crescimento de área plantada em Vila Nova dos Martírios dentre os municípios estudados, entretanto, a partir do ano de 2015 este percentual de área entra em declínio. Uma das hipóteses que se coloca sobre este elemento, e que possivelmente esteja vinculada diretamente a silvicultura de eucalipto, trata do fato de que este município passou a se tratar como uma das regionais de distribuição de matéria prima, o que desencadeou significativa especulação fundiária e possivelmente concentração de terra em torno do agronegócio florestal.

A partir de entrevistas não estruturadas com moradores dos municípios, teve-se a informação de que, a pequena produção pecuarista sofreu impactos com a grande

valorização do preço da carne e a pouca capacidade de venda local, o que tem forçado donos de terra a arrendá-las ou vendê-las para o plantio de eucalipto o que aumenta a mudança na paisagem local quanto a expansão dos territórios do agronegócio florestal.

Nas figuras 6 e 7 tem fotos de dois assentamentos visitados, assentamento Água Branca e Assentamento Eldorado. Segundo presidente da associação o assentamento Água Branca em São Pedro D`Água Branca foi criado em 2006 e atende atualmente 43 famílias que ficam próximo a fazenda de eucalipto Jurema. Um dos principais impactos que foram expostos pelo presidente da associação é o despejo de venenos nas plantações de eucalipto que escoam para o rio próximo a comunidade e que também vem afetando a produção do assentamento. Na figura 6 observa-se algumas das atividades produtivas do assentamento que vai da produção de tomate, feijão, mandioca, milho, arroz e produção de farinha. Segundo o presidente da associação essas atividades são tanto para consumo próprio como para comercialização no município de São Pedro D`Água Branca.

Figura 6: Assentamento Água Branca **Figura 7:** Assentamento Eldorado



Fonte: A autora (2019).



Fonte: A autora (2019).

Na figura 7 observa-se o assentamento Eldorado no município de Imperatriz que tem aproximadamente 110 famílias e fica próximo da fazenda de eucalipto Santa Maria. O vice presente afirma que as relações com a Suzano, no qual era quem detinha as posses das terras, são harmoniosas. Contudo, ressalta que eles ainda não têm terras para a plantação e que a principal atividade produtiva do assentamento é a extração de óleo do coco babaçu.

Na figura 8 tem fotos de um dos assentamentos visitados. Assentamento Sapucaia foi criado em 2002 tem aproximadamente 150 famílias. Segundo agricultores, conflitos

na região datam do período do projeto Celmar e persistem com a Suzano, como explicou um assentado, entrevistado em pesquisa de campo: “eles querem nos tirar daqui, porque vão utilizar suas reservas naturais para plantar eucalipto e utilizar a área que estamos como reserva natural, já que nossa área é alagada e não serve para o plantio do eucalipto”. Na figura abaixo mostram algumas das atividades produzidas no assentamento como produção de abacaxi, melancia, tomate, mandioca, feijão, arroz e produção de farinha no qual é destinando para consumo próprio.

Figura 8: Assentamento Sapucaia



Fonte: A autora (2019).

Figura 9: Campo Agrícola



Fonte: A autora (2019).

Em contraposição a Suzano junto com associações de alguns povoados fornecem uma determinada área para a agricultura local, assim essas produções são destinadas exclusivamente para o consumo próprio. Na imagem 9 observa-se o campo agrícola no povoado de Olho d'Água dos Martins no município de Imperatriz onde as principais atividades produtivas são o arroz, feijão e milho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inserção e expansão da silvicultura de eucalipto no Maranhão assim como nos municípios estudados que se deu através instalação da Estrada de Ferro Carajás – EFC em 1985 que propiciou o abastecimento de minério de ferro a baixo custo as empresas siderúrgicas da cidade de Açailândia, assim houve a necessidade do reflorestamento de áreas de eucalipto para atender a demanda energética dessas

siderurgias, teve grande importância em 1992, com a instalação em Imperatriz da empresa Celmar S. A. - Indústria de Celulose e Papel, que tinha como objetivo florestamento de eucalipto para produção de pasta de celulose. Contudo, esse projeto falha assim dando outro destino ao eucalipto no qual foi transformada em carvão vegetal para abastecimento dos altos-fornos das usinas siderúrgicas. No entanto com a instalação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz em 2008 essa realidade muda e assim há um acentuado processo de expansão da floresta de eucalipto na região através da compra, principalmente áreas que era da antiga Celmar, e arrendamento de proprietários de terras.

Nesse sentido, a especialização produtiva do eucalipto nos municípios estudados da Microrregião de Imperatriz possibilitou diversas transformações no valor de uso e de troca da terra, na diversidade produtiva, nas relações sociais de produção e trabalho, e hegemonia territorial por parte da empresa Suzano Papel e Celulose. Isso impulsionou o absenteísmo rural e o arrendamento das terras, transformando agricultores em proprietários e modificando as formas de uso da terra e de apropriação do território, assim ocasionando conflitos territoriais.

As culturas tradicionais são diretamente afetadas pela silvicultura do eucalipto, que por sua vez se apropria de terras até então destinadas ao cultivo de produtos tradicionais como o milho, arroz, feijão e mandioca (gráfico 4), assim gerando impactos no trabalho daqueles que vivem da terra nas áreas rurais pois vem provocar diversos conflitos existentes por conta do uso da terra atrelado a reestruturação produtiva os resultados da pesquisa vem demonstrar a diminuição na variedade de produtos das atividades tradicionais em casa região e de suas respectivas áreas por conta dessa especialização produtiva do território baseado na silvicultura do eucalipto.

Portanto, as especializações produtivas do eucalipto vem causando um aumento na divisão territorial do trabalho assim gerando para maior produtividade para o ator hegemônico no caso a Suzano Papel e Celulose assim implicando em concorrência no uso da terra, e com a inserção da mecanização nas áreas de plantação vem também alterando as relações de trabalho já existentes. Logo, essa especialização produtiva é alimentada com a expansão da produção de eucalipto que por sua vez vem implicar em transformações territoriais na medida em que modificam a matriz produtiva, assim ocasionando diminuição na variedade de produtos oriundo das atividades tradicionais da região.

REFERENCIAS

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo Ateliê Editorial, 2003

ALVES, V. E. L. As novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelo agronegócio nos cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (org.) **Geografias da soja II: a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2009

ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. São Paulo, 2006

ANTONANGELO, A.; BACHA, C. J. C. As fases da silvicultura no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n. 52, v. 1, p. 207-238, jan./mar. 1998.

ARCANGELI, A. **O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense**. São Luís: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFMA: Editora Universitária da UFMA, 1987.

BOLFE, E. L. *et al.* Matopiba em crescimento agrícola: aspectos territoriais e socioeconômicos. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 38-62, out./dez. 2016.

BORRAS JR., Saturnino. M. et al. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2-3, p. 845–872, 2012.

CASTILLO, R.; BERNARDES, J. A. Apresentação e apontamentos teórico-metodológicos. In: BERNARDES, J. A.; CASTILLO, R. (org.). **Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, pp.07-16, 2019

CASTILLO, R.; ELIAS, D.; PEIXINHO, D.; BÜHLER, E.-A.; PEQUENO, R.; FREDERICO, S. Regiões do Agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p.265-288, V.12, n.18, especialGT Anpege 2016.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1955.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1955

CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, p. 127-134, jan-jun 2016

DEININGER, K. et al. **Rising global interest in farmland**. Can it yield sustainable and equitable benefits? Washington D.C.: The World Bank, 2011.

DEININGER, K. et al. **Rising global interest in farmland**. Can it yield sustainable and equitable benefits? Washington D.C.: The World Bank, 2011.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, 2011

ELIAS, D. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, J.A.; SILVA, C. A.; ARRUZZO, R. C. (org.). **Espaço e energia**: mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013

EMBRAPA TERRITORIAL. **GeoMatopiba: Inteligência Territorial Estratégica para o Matopiba**. Campinas, 2020. Disponível em: < www.embrapa.br/geomatopiba >. Acesso em: 13 ago. 2022

FACCIN, A. C. T. M.; CASTILLO, R. A centralidade do complexo soja na economia brasileira e a manutenção da produção agrícola extravertida: análise da soja em Mato Grosso do Sul. **Geosul**, v. 34, n. 71, 2019

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira**. Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 173-201, 2019.

FERREIRA, A. J. A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, A. J. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. São Paulo, 2008

FOELKEL, C. E. B. Eucalipto no Brasil, história de pioneirismo. **Revista Visão Agrícola**, Piracicaba, v. 1, n. 4, p. 66-69, jul./dez. 2005.

FRANKLIN, A. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

geografia no mundo da diversidade. Cidade de Goiás. outubro de 2003

GOTTMANN, J. The Evolution of the concept of territory. *Social Science Information* n. 14, v. 3/4, p. 29-47, 1975 JOHNSTON, Ron J., GREGORY, Derek, SMITH, David. **The dictionary of human geography**. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

GUICHONNET, Paul; RAFFESTIN, Claude. **Géographie des frontières**. Vendôme: Presses Universitaires de France, 1974.

IBÁ. **Relatório Anual 2019**. Brasília: IBÁ, 2019. Disponível em: <https://iba.org/datafiles/publicacoes/relatorios/iba-relatorioanual2019.pdf/>. Acesso em 28 jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção de Silvicultura, Agrícola e Bovina no Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

IBGE. **Produção extrativista e da silvicultura no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Levantamento sistemático da produção agrícola 2008/2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1 nov. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). **Cadastro Nacional de Imóveis Rurais**. Brasília: INCRA, 2019. Disponível em: <https://cnir.serpro.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MATIAS, M. **A implantação da indústria de celulose no Maranhão**: Celmar na Região Tocantina. Belém: Seminário Consulta Carajás, 1994. (Cartilha n. 3).

MESQUITA, B. A *et al.* Formação socioeconômica do estado do Maranhão. *In*: CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA/UFGA, 2015. p. 225-319.

OLIVEIRA, A. B. Indústria de celulose e o avanço da silvicultura do eucalipto na fronteira agrícola da Amazônia maranhense. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 301-327, abr. 2019. Dossiê Agronegócios no Brasil.

OLIVEIRA, A. B.; LEAL, M. C. M. Silvicultura do eucalipto e a especialização do trabalho na cadeia produtiva de papel e celulose em Imperatriz-MA. **Geotextos**, Salvador, v. 15, n. 2, p. 87-108, dez. 2019.

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. S.; PEREIRA, A. M. Grandes projetos agro-minero-exportadores na inserção da silvicultura do eucalipto na Amazônia maranhense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 79, fev. 2021.

OLIVEIRA, A. B.; SILVA, D. L.; LEAL, M. C. M. Indústria extrativista e mobilidade do capital e do trabalho na Amazônia Legal maranhense. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 2, 2019. Número especial.

OLIVEIRA, A. U. A Amazônia e a nova geografia da produção de soja. **Terra Livre**, Goiânia, v.1, n. 26, p. 13-43, jan.-jun. 2006.

OLIVEIRA, D. M. V. *et al.* Ocupação das terras do Maranhão ao longo do século XX e a injeção do grande capital internacional: “modernização” capitalista do campo e os conflitos agrários. *In*: ENCONTRO HUMANÍSTICO NACIONAL, 8., 2008, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Núcleo de Humanidades – NH/CCH/UFMA, 2008.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das Relações Fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. *In*: _____. **Território Sem Limites**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005. p.377-408.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini As fronteiras da acumulação do capital Sul global. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 8-22, 2021.

RIGONATO, V. D.; ALMEIDA, M. G. de. A singularidade do Cerrado: interrelação das populações tradicionais com as fitofisionomias. **Anais**. VIII EREGEO – Encontro Regional de Geografia. A

ROLIM FILHO, C. M. **Formação econômica do Maranhão**: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado? 2016. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SANO, E. E.; ROSA, R.; BRITO, J. L. S.; FERREIRA, L. G. **Mapeamento da cobertura vegetal do bioma Cerrado: estratégias e resultados**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2007

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1977

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade: no início do século XXI**. Rio de Janeiro: São Paulo, 2001

SICSÚ, Abraham B; POLICARPO, João. **FRONTEIRAS AGRÍCOLAS NO BRASIL: A LÓGICA DE SUA OCUPAÇÃO RECENTE!** v. 10, n. 1, p. 31, 2000.

SOUZA, G. V. A.; SILVA, L. R. Agronegócio e dependência: uma perspectiva de análise sobre a região do MATOPIBA. **Caminhos da Geografia**, v. 20, n. 72, p. 149-168, 2019
sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

VIVEIROS, J. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

WARF, Barney (Ed.). **Encyclopedia of human geography**. Florida: Sage Publication, 2006.

XAVIER, G. L. **MATOPIBA: a ocupação da nova fronteira agrícola nos quadros do padrãoexportador de especialização produtiva**. Confins. n. 39, 2019.